

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Demonstrações contábeis em

31 de dezembro de 2023

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Demonstrações contábeis

Índice

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	01
BALANÇO PATRIMONIAL	05
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	06
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	07
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	08
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	09
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	10

Notas Explicativas

1	CONTEXTO OPERACIONAL	11
2	BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	11
3	POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	13
4	ASSUNTOS REGULATÓRIOS	22
5	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	23
6	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	23
7	PARTES RELACIONADAS	24
8	ATIVOS DE CONTRATO	25
9	FORNECEDORES	25
10	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	25
11	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS	27
12	PIS E COFINS DIFERIDOS	28
13	DIVIDENDOS A PAGAR	29
14	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30
15	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	32
16	CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	33
17	RESULTADO FINANCEIRO	33
18	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	33
19	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	39
20	EVENTOS SUBSEQUENTES	40

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Ao Conselho de Administração e Diretoria da

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Brasília – Distrito Federal

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Equatorial Transmissora 6 SPE S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

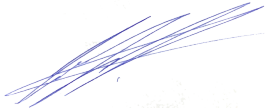
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 25 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F



Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC PE020728/O

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	53.586	48.463
Aplicações financeiras	6	122.041	59.018
Contas a receber de clientes		19.248	14.979
Serviços pedidos		774	371
Impostos e contribuições a recuperar		403	403
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		8.420	10.303
Adiantamento a fornecedores		2	3.159
Outras contas a receber		3.716	1.363
Ativos de contrato	8	173.095	154.684
Total do ativo circulante		381.285	292.743
Não circulante			
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		54	482
Intangível		1.280	1.335
Ativos de contrato	8	1.152.299	1.131.298
Total do ativo não circulante		1.153.633	1.133.115
Total do ativo		1.534.918	1.425.858

Passivo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Fornecedores	9	11.219	11.706
Empréstimos e financiamentos	10	25.112	23.803
Dividendos a pagar	13	9.024	7.123
Impostos e contribuições a recolher		1.450	1.377
Impostos e contribuições sobre lucro a recolher	11	4.695	9.140
PIS e COFINS diferidos	12	6.274	5.501
Encargos setoriais		1.502	910
Outras contas a pagar		3.301	1.402
Total do passivo circulante		62.577	60.962
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	539.542	537.921
PIS e COFINS diferidos	12	139.068	127.891
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	11	235.379	215.436
Outras contas a pagar		1.651	1.651
Total do passivo não circulante		915.640	882.899
Patrimônio líquido			
Capital social	14.1	104.770	104.770
Reserva de lucros	14.2	451.931	377.227
Total do patrimônio líquido		556.701	481.997
Total do passivo e patrimônio líquido		1.534.918	1.425.858

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita de implementação de infraestrutura, operação, manutenção e outras, líquida	15	5.989	31.105
Receita de remuneração de ativos de contrato, líquida	15	167.917	159.371
Receita operacional líquida		173.906	190.476
Custo dos serviços prestados	16	(4.472)	(24.840)
Lucro bruto		169.434	165.636
Despesas gerais e administrativas	16	(1.250)	(1.180)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		250	(42)
Total de receitas (despesas) operacionais		(1.000)	(1.222)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		168.434	164.414
Receitas financeiras	17	16.661	15.184
Despesas financeiras	17	(59.339)	(60.973)
Resultado financeiro		(42.678)	(45.789)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		125.756	118.625
Imposto de renda e contribuição social - correntes	11	(7.481)	(7.870)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	11	(19.943)	(21.751)
Impostos sobre o lucro		(27.424)	(29.621)
Lucro líquido do exercício		98.332	89.004

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Demonstrações do resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	<u>98.332</u>	<u>89.004</u>
Total resultados abrangentes	<u>98.332</u>	<u>89.004</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Notas	Capital social	Reservas de lucros				Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
		Legal	Reserva de lucros a realizar	Incentivos fiscais	Reserva para investimentos e expansão			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	104.770	19.138	330.411	-	26.521	6.691	-	487.531
Dividendos adicionais propostos 2021	-	-	-	-	-	(6.691)	-	(6.691)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	89.004	89.004
Destinação do lucro								-
Constituição de reserva legal	-	1.568	-	-	-	-	(1.568)	-
Constituição da reserva de incentivos fiscais	-	-	-	10.612	-	-	(10.612)	-
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	(6.355)	-	-	-	-	(6.355)
Constituição de reserva para investimentos e expansão	-	-	-	-	15.468	-	(15.468)	-
Dividendos adicionais propostos 2022	-	-	-	-	-	6.385	(6.385)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(768)	(768)
Dividendos intermediários pagos	-	-	-	-	(26.521)	-	(54.203)	(80.724)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	104.770	20.706	324.056	10.612	15.468	6.385	-	481.997
Dividendos adicionais propostos 2022	-	-	-	-	-	(6.385)	-	(6.385)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	98.332	98.332
Destinação do lucro								-
Constituição da reserva de incentivos fiscais	14.2 a	-	-	15.229	-	-	(15.229)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	13	-	-	-	-	-	(831)	(831)
Dividendos intermediários pagos	13	-	-	-	-	-	(8.219)	(8.219)
Realização da reserva de lucros a realizar	14.2 c	-	(8.193)	-	-	-	-	(8.193)
Constituição de dividendos adicionais propostos	14.2 e	-	-	-	-	30.684	(30.684)	-
Constituição de reserva para investimentos e expansão	14.2 d	-	-	-	43.369	-	(43.369)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	104.770	20.706	315.863	25.841	58.837	30.684	-	556.701

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	98.332	89.004
Ajuste para:		
Amortização do intangível	55	46
Margem da receita de construção	-	(2.006)
Remuneração dos ativos de contrato	(193.288)	(183.875)
Receita de operação e manutenção	(8.936)	(16.832)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	53.426	59.084
Rendimentos de aplicações financeiras	(17.468)	(15.918)
PIS e COFINS diferidos	11.950	12.033
Imposto de renda e contribuição social (corrente)	7.481	7.870
Imposto de renda e contribuição social (diferidos)	19.943	21.751
	(28.505)	(28.843)
Variações em:		
Contas a receber de clientes	158.543	153.908
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	1.967	(1.522)
Ativos de contrato	-	(472)
Adiantamento a fornecedores	3.157	(58)
Outros ativos circulantes	(2.756)	(343)
Fornecedores	(487)	(1.373)
Impostos e contribuições a recolher	73	(321)
Impostos e contribuições sobre lucro a recolher	(2.790)	(1.468)
Encargos setoriais	592	415
Outras contas a pagar	1.899	(57)
	160.198	148.709
Juros pagos de empréstimos, financiamentos	(27.251)	(11.334)
Impostos de renda e contribuição social pagos	(8.792)	(6.026)
	(36.043)	(17.360)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	95.650	102.506
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
(Aplicação) resgate sobre aplicações financeiras	(45.555)	37.565
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimen	(45.555)	37.565
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos, líquido dos custos de transação	-	4.897
Amortização de empréstimos e financiamentos	(23.245)	(9.234)
Dividendos pagos	(21.727)	(87.421)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(44.972)	(91.758)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	5.123	48.313
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	48.463	150
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	53.586	48.463
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	5.123	48.313

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas		
Receita de implementação e melhoria de infraestrutura	-	19.206
Receita de remuneração dos ativos de contrato	193.288	183.875
Receita de operação e manutenção	8.936	16.832
Outras receitas	-	127
	202.224	220.040
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos de construção	-	(472)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3.061)	(7.614)
Ativos de contrato - perda de realização	-	(16.728)
	(3.061)	(24.814)
Valor adicionado bruto	199.163	195.226
Amortização	(55)	(46)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	199.108	195.180
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	17.473	15.924
	17.473	15.924
Valor adicionado total a distribuir	216.581	211.104
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	2.298	2.706
	2.298	2.706
Tributos		
Federais	56.607	58.378
	56.607	58.378
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	53.426	59.084
Aluguéis	5	43
Outros	5.913	1.889
	59.344	61.016
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos	39.734	61.356
Lucro retidos	58.598	27.648
	98.332	89.004
Valor adicionado	216.581	211.104

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Equatorial Transmissora 6 SPE S.A. (“Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de novembro de 2016, controlada pela Equatorial Transmissão S.A. empresa do grupo Equatorial Energia S.A, domiciliada no Brasil, na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no ST SCS - B, Quadra nº 09, Bloco A, Sala 1201, Parte 8, Centro Empresarial Parque Cidade, Asa Sul, CEP 70.308-200. A Companhia tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015 Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) 2ª Etapa-República, consistente na: (a) Linha de Transmissão Janaúba 3 – Presidente Juscelino C2, em 500 kV^(*), com extensão aproximada de 330^(*) quilômetros.

A Companhia tem prazo de duração 30 (trinta) anos a partir da assinatura do Contrato de Concessão, ou o tempo necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão.

(*) Informação não auditada.

1.1 Contrato de concessão

O Contrato de Concessão nº 014/2017 assinados entre a ANEEL e a Companhia em 10 de fevereiro de 2017, estabelecem regras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. O contrato de concessão também estabelece como obrigações de desempenho a construção, manutenção e operação da infraestrutura de transmissão. O prazo de concessão são 30 (trinta) anos, com vencimento em 09 de fevereiro de 2047, podendo ser renovado por igual exercício, a critério exclusivo do poder concedente.

A Companhia está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 1605/2021, com validade até 11 de fevereiro de 2030, tendo sua renovação requerida num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, antes do término da sua validade.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2024.

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e (ii) por meio de resultado e outros resultados abrangentes, quando requerido nas normas.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

2.4.1 Julgamentos sobre premissas e estimativas

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Tópicos	Notas explicativas	Descrição
Ativos de contrato	nº 3.2 e 8	Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão; e Estimativa sobre taxa aplicada para precificar os ativos de contrato.
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	nº 3.5.2 e 10	Estimativas das diferenças temporárias
Receita operacional líquida	nº 3.1 e 15	Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de <i>performance</i> , entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.
Instrumentos financeiros	nº 3.7 e 18	Julgamento de definição do método de avaliação de valor justo dos instrumentos financeiros

2.4.2 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro, quando houver.

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças, quando aplicável.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 18 – Instrumentos Financeiros.

3 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis exceto pelas novas normas incluídas na nota explicativa nº 3.10.2 – Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes.

3.1 Reconhecimento da receita

A Companhia reconhece as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de *performance* ao transferir o serviço ao cliente. O ativo é considerado transferido à medida que o cliente obtém os serviços contratados.

As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

(a) Receita de implementação e melhoria de infraestrutura

As receitas de infraestrutura (que são os serviços de implementação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica), são reconhecidas ao longo do tempo aplicando-se a margem, definida no início do contrato, sobre os gastos incorridos.

(b) Receita de operação e manutenção (O&M)

A receita de O&M é a contraprestação pelas obrigações de *performance* de operação e manutenção previstas em contrato de concessão. Tais montantes são calculados com base nos custos incorridos, acrescidos da margem projetada definida nas projeções iniciais do projeto. O reconhecimento das receitas de O&M iniciam após o término da fase de construção.

(c) Remuneração dos ativos da concessão

Para o reconhecimento da receita de remuneração sobre os ativos de contrato, registra-se uma receita de

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

remuneração financeira pelo método linear, sob a rubrica remuneração dos ativos de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. Essa atualização mensal deve remunerar a infraestrutura e a indenização que a Companhia espera receber do Poder Concedente no final da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

3.2 Ativos de contrato

O Serviço público de transmissão de energia elétrica é regulado por meio de contrato de concessão firmado entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a Companhia, a qual compete transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição.

O contrato de concessão determina que a Companhia realize a construção de uma infraestrutura de transmissão ou investimento em sua melhoria.

A Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários à medida que as obrigações de desempenho são cumpridas, em contrapartida, recebe a título de contraprestação Receita Anual Permitida (RAP), após o término da fase de construção da infraestrutura, até o final da vigência do contrato.

Os investimentos realizados na infraestrutura de transmissão são amortizados à medida que os recebimentos ocorrem. Eventuais investimentos não realizados geram direito de indenização pelo poder Concedente (quando previsto em contrato) que, no final da concessão, receberá toda a infraestrutura de transmissão.

A extinção da concessão implicará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço.

Duas obrigações de *performance* estão contempladas na relação contratual da Companhia com o Outorgante, a saber: (i) implementação e melhoria de infraestrutura (I&M); e (ii) operação e manutenção (O&M).

À medida que as obrigações de *performance* são cumpridas, a receita é reconhecida contra um ativo de contrato, até a devida homologação pela ANEEL. Após emissão do aviso de crédito (AVC), que é o documento de faturamento da RAP emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), momento em que a Companhia obtém o direito incondicional de caixa, os valores são classificados como ativo financeiro.

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de contrato, é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 – Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato.

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos.

Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício.

Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

3.4 Subvenções e assistências governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

3.4.1 Benefícios fiscais

- **SUDENE**

Adicionalmente, em 21 de outubro de 2020, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo nº 216/2021, que outorga à Equatorial Transmissora 6 SPE S.A o direito a redução de 75% do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), sob a justificativa de implantação de linhas de transmissão na área de atuação da SUDENE, com o prazo de vigência de 2022 até o ano de 2031.

3.5 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2023, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurados pela Companhia.

3.5.1 Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço.

A Companhia compensa os ativos e passivos fiscais correntes se:

- Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- Pretender liquidar o passivo e realizar o ativo simultaneamente.

3.5.2 Imposto de renda e contribuição social diferido

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre os saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas e provisões para participação nos lucros entre os valores contábeis constantes nas demonstrações contábeis e os montantes apurados conforme os critérios fiscais previstos na legislação tributária.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais serão realizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, as reversões dessas diferenças serão limitadas aos lucros tributáveis futuros projetados conforme os planos de negócios da Companhia.

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas taxas vigentes na data do balanço.

3.6 PIS e COFINS diferidos

Sobre as receitas auferidas durante a fase de construção e sobre remuneração dos ativos de contrato há o diferimento da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e o Programa de Integração Social (PIS), considerando as alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente. A realização dos referidos tributos diferidos ocorre a medida em que a Companhia recebe as contraprestações determinadas no contrato de concessão por meio da RAP após a entrada em operação.

3.7 Instrumentos financeiros

3.7.1 Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

3.7.2 Classificação e mensuração subsequente

(a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(c) Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(e) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

3.7.3 Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.7.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.8 Capital social

3.8.1 Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos.

3.9 Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e ICPC 08 (R1) – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da lei nº 6.404/76. Além disso, a reserva de lucros a realizar, constituída de acordo com o art. 197 da Lei 6.404/76, vem sendo realizada como dividendos a pagar, de acordo com a realização prevista do lucro não realizado de anos anteriores.

Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de “Dividendo adicional proposto”. Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

de emissão das demonstrações contábeis, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes.

3.10 Principais mudanças nas políticas contábeis

3.10.1 Novas normas, alterações e interpretações

O IASB e o CPC emitiram revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2023. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estejam vigentes. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC nº 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	IFRS 17	07/05/2021	01/01/2023	Não aplicável à Companhia
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20 Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 47 – Receita de contrato com cliente; e CPC 49 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadora.	Classification of Liabilities as Current or Non-current; Extension of the Temporary Exemption from applying IFRS 9; Definition of Accounting Estimates; Disclosure of Accounting Policies; e Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction	01/03/2022	01/01/2023 (ajuste CPC 37, aplicação imediata)	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 21 Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa; CPC 04 (R1) – Ativo intangível; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto; CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 28 – Propriedade para investimento; CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada; CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 39 – Instrumentos financeiros: apresentação; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 47 – Receita de contrato com cliente; CPC 48 – Instrumentos financeiros; e CPC 50 – Contratos de seguro.	IFRS 9 e IFRS 17	03/11/2022	01/01/2023	Não houve impacto nas políticas contábeis da Companhia
Alteração no IFRS 16 O IASB emitiu alterações referentes aos contratos de arrendamentos em transações de <i>sale and leaseback</i>	IFRS 16	Emissão a nível de IASB	01/01/2023	Não aplicável à Companhia

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

3.10.2 Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
CPC 06 – Arrendamentos - Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento) Especifica os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.	IFRS 16	Emissão a nível de IASB	01/01/2024	A Companhia avaliou os efeitos desta decisão e não identificou nenhuma aplicação direta ou reflexa para o exercício.
Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante Especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de <i>covenants</i> futuros dentro de doze meses.	IAS 1	Emissão a nível de IASB	01/01/2024	O Grupo está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.
Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações nos CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidênciação) Esclarece as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.	IFRS 7/IAS 7	26/12/2023	01/01/2024	O Grupo está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual.
Medida Provisória nº 1.185 - Reflexo tributário das Subvenções para Investimento O Governo Federal publicou a MP nº 1.185, que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para a implantação ou a expansão de empreendimento econômico, e revoga o artigo 30 da Lei Federal nº 12.973/2014.	N/A	31/08/2023	N/A	A Companhia avaliou os efeitos desta decisão e não identificou nenhuma aplicação direta ou reflexa para o exercício.

4 Assuntos regulatórios

A Companhia receberá pela prestação do serviço público de transmissão a RAP que será ajustada anualmente, por meio de resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no mês de julho de cada ano. Para o novo ciclo 2023-2024, que teve seu início no mês de julho de 2023, a RAP (Receita Anual de Permitida) é de R\$ 147.749, homologada pela REH nº 3.216/2023.

A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A última revisão tarifária na Companhia ocorreu por meio da Resolução Homologatória 3.050/2022 (vigente a partir de 1º de junho de 2022), reajustou em 9,44% a RAP.

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	4.282	4.096
Equivalentes de caixa (a)		
Aplicação Direta		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	49.304	44.367
Total	53.586	48.463

- (a) Referem-se a fundos de investimentos e Certificados de Depósitos Bancários (CDB), de alta liquidez e possuem baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que aloca seus recursos em cotas de diversos fundos abertos de baixo risco, insignificante variação de rentabilidade e alta liquidez, não tendo participação relevante e gestão no patrimônio líquido do fundo aplicado, ou seja, sem exceder 10% do patrimônio líquido. Logo, esses investimentos são classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03(R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 equivale a 103,64% a.a. (103,54% a.a. em 31 de dezembro de 2022).

6 Aplicações financeiras

	2023	2022
Circulante		
Fundo de Investimento (a)		
Cotas de fundos de investimento	105.361	42.499
Recursos vinculados (b)	16.680	16.519
Total	122.041	59.018

- (a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha, cujos ativos dos fundos possuem vencimentos superiores a três meses e/ou são mantidos com a finalidade de investimentos como a construção de projetos de infraestrutura para prestação de serviços da concessão. São compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Adicionalmente, os fundos exclusivos, são investimentos em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que aloca seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor. A Companhia não possui gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos, tampouco participação relevante (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido) conforme CPC 36 (R3); e
- (b) Referem-se às aplicações restritas a garantia de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 equivale a 101,46% a.a. (101,26% a.a. em 31 de dezembro de 2022).

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

7 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possui movimentações com partes relacionadas, principalmente, referente aos contratos de compartilhamentos, dividendos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

		2023		2022	
Empresas	Nota	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (Despesa)
Contas a receber (RAP)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Distribuidora de Energia do Maranhão S.A.	(a)	145	-	141	-
Equatorial Distribuidora de Energia do Pará S.A.	(a)	264	-	243	-
Equatorial Distribuidora de Energia do Alagoas S.A.	(a)	108	-	111	-
Equatorial Distribuidora de Energia do Piauí S.A.	(a)	93	-	94	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(a)	302	-	250	-
Companhia de eletricidade do Amapá (CEA)	(a)	15	-	15	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a)	275	-	245	-
Total		1.202	-	1.099	-
Outras contas a receber					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Distribuidora de Energia do Maranhão S.A.	(b)	3	5	-	-
Equatorial Distribuidora de Energia do Pará S.A.	(b)	66	7	-	-
Equatorial Distribuidora de Energia do Alagoas S.A.	(b)	1	2	-	-
Equatorial Distribuidora de Energia do Piauí S.A.	(b)	2	3	-	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(b)	1	3	-	-
Total		73	20	-	-
Fornecedores					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Serviços S.A.	(c)	(4)	(14)	(2)	(12)
Instituto Equatorial	(d)	(400)	(400)	(371)	(371)
Total		(404)	(414)	(373)	(383)
Outras contas a pagar					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Distribuidora de Energia do Maranhão S.A.	(b)	(111)	(371)	(97)	(367)
Equatorial Distribuidora de Energia do Pará S.A.	(b)	(13)	(145)	(29)	(127)
Equatorial Distribuidora de Energia do Alagoas S.A.	(b)	(12)	(69)	(27)	(53)
Equatorial Distribuidora de Energia do Piauí S.A.	(b)	(11)	(46)	(11)	(46)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(b)	(11)	(52)	-	-
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(b)	(4)	(11)	(2)	(2)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(b)	(1.361)	(315)	-	-
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.		-	(1)	-	-
Integração Transmissora de Energia S.A (INTESA)	(b)	(1)	(2)	-	-
Controladora direta					
Equatorial Transmissão S.A.	(e)	-	-	-	(2.117)
Controladora indireta					
Equatorial Energia S.A.	(e)	(1.616)	(5.676)	(1.156)	(1.156)
Total		(3.140)	(6.688)	(1.322)	(3.868)
Dividendos a pagar					
Controladora direta					
Equatorial Transmissão S.A.	(f)	(9.024)	-	(7.123)	-
Total		(9.024)	-	(7.123)	-

- (a) Valores se referem a Receita Anual Permitida (RAP) faturadas e recebidas decorrente de operações do mesmo grupo econômico da companhia, por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST);
- (b) Refere-se ao contrato de compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura administrativa, cujo reembolso resulta do compartilhamento das despesas condominial, de informática e telecomunicações e, de despesas de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo nº 12 do módulo V da Resolução Normativa da ANEEL nº 948/2021;
- (c) Os valores com a Equatorial Serviços S.A. são oriundos de prestação serviços de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado;
- (d) Os valores com o Instituto Equatorial referem-se a projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa;
- (e) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre a Equatorial Transmissora 6 SPE S.A. (Contratante) e a Equatorial Energia S.A. (Contratada), com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia, terá uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido; e
- (f) A variação do exercício está demonstrada na nota explicativa nº. 13 - Dividendos a pagar.

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

7.1 Remuneração das pessoas chave da administração

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o pessoal-chave da Administração conta com três membros no Conselho de Administração e cinco membros na Diretoria Executiva, remunerados pela sua controladora Equatorial Transmissão S.A e compartilhado para as controladas. Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2023 o valor correspondente à Companhia foi de R\$ 149 (R\$ 271 em 31 de dezembro de 2022).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração na categoria de a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações.

8 Ativos de contrato

Os ativos de contrato estão constituídos, conforme a seguir demonstrado:

	2022	Adições (a)	Remuneração (b)	Amortização (c)	2023
Ativos de contrato em serviço	1.285.982	8.936	193.288	(162.812)	1.325.394
Total	1.285.982	8.936	193.288	(162.812)	1.325.394

Circulante	154.684				173.095
Não Circulante	1.131.298				1.152.299

	2021	Adições (a)	Remuneração (b)	Amortização (c)	Perda de realização (d)	2022
Ativos de contrato em serviço	1.234.463	36.038	183.875	(151.666)	(16.728)	1.285.982
Total	1.234.463	36.038	183.875	(151.666)	(16.728)	1.285.982

Circulante	163.763					154.684
Não Circulante	1.070.700					1.131.298

- (a) O saldo decorre da contrapartida de Receita de manutenção e operação reconhecida no exercício, conforme nota explicativa nº 15 - Receita operacional líquida;
- (b) A remuneração dos ativos de contrato é feita com base na atualização do saldo remanescente dos ativos de contrato pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA);
- (c) A amortização dos ativos de contrato decorre do reconhecimento da RAP faturada mensalmente até o final da concessão do empreendimento; e
- (d) Variações entre a margem orçada versus a margem realizada proveniente principalmente dos efeitos de revisão tarifária periódica, efeitos inflacionários do exercício e variação nos custos operacionais.

9 Fornecedores

Os saldos de fornecedores estão constituídos, conforme a seguir demonstrado:

	2023	2022
Materiais e serviços (a)	10.815	11.333
Partes relacionadas – nota explicativa nº 7	404	373
Total	11.219	11.706

- (a) A composição deve-se, substancialmente, a materiais, equipamentos e serviços contratados para manutenção das instalações de transmissão.

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

10 Empréstimos e financiamentos

10.1 Composição do saldo

Moeda nacional (R\$)	Custo da dívida (%a.a.)	Garantia (a)	2023		
			Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
BNDES					
Saldo de principal	IPCA + 4,93%	Recebíveis + Conta reserva+	25.172	540.625	565.797
(-) Custo de captação		Penhor de Ações	(60)	(1.083)	(1.143)
Total			25.112	539.542	564.654

Moeda nacional (R\$)	Custo da dívida (%a.a.)	Garantia	2022		
			Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
BNDES					
Saldo de principal	IPCA + 4,93%	Aval/Fiança + Recebíveis + Conta	23.863	539.064	562.927
(-) Custo de captação		reserva+ Penhor de Ações	(60)	(1.143)	(1.203)
Total			23.803	537.921	561.724

(a) Em 21 dezembro de 2023, foram consideradas cumpridas as condições contratuais necessárias, sendo autorizada pela BNDES a exoneração da fiança corporativa prestada pela Equatorial Energia S.A, no âmbito do contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 19.2.0126.1.

10.2 Movimentação dos empréstimos

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	23.803	537.921	561.724
Encargos	27.042	-	27.042
Variação monetária	4.601	21.723	26.324
Transferências	20.102	(20.102)	-
Amortizações de principal	(23.245)	-	(23.245)
Pagamentos de juros	(27.251)	-	(27.251)
Custo de captação (a)	60	-	60
Saldos em 31 de dezembro de 2023	25.112	539.542	564.654

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	518.311	518.311
Ingressos	-	4.897	4.897
Encargos	12.622	14.029	26.651
Variação monetária	5.310	27.063	32.373
Transferências	26.439	(26.439)	-
Amortizações de principal	(9.234)	-	(9.234)
Pagamentos de juros	(11.334)	-	(11.334)
Custo de captação (a)	-	60	60
Saldos em 31 de dezembro de 2022	23.803	537.921	561.724

(a) Refere-se à movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, significa adição.

10.3 Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de dezembro de 2023, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	
	Valor	%
Vencimento		
Circulante	25.112	4%
2025	24.559	4%
2026	25.048	4%
2027	25.560	5%
2028	26.098	5%
Até 2042	439.360	78%
Subtotal	540.625	96%
Custo de captação (Não circulante)	(1.083)	-
Não circulante	539.542	96%
Total	564.654	100%

10.4 Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias financeiras reais. Adicionalmente, a Companhia possui *covenants* financeiros junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cuja apuração é anual e com base nas demonstrações contábeis regulatórias.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro do limite estipulado no contrato.

11 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

11.1 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, está demonstrada conforme a seguir:

	2023		2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	125.756	125.756	118.625	118.625
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal [A]	31.439	11.318	29.656	10.676
Adições:				
Custo de construção – CPC 47	-	-	4.300	1.548
Remuneração e RAP – Ativos de Contrato (a)	34.428	12.394	31.999	11.520
Provisão para participação nos lucros, honorários e licença prêmio	9	3	-	-
Outras provisões permanentes	56	20	2	-
Total de adições [B]	34.493	12.417	36.301	13.068
Exclusões:				
Receita de ativos de contrato - CPC 47	(45.334)	(16.320)	(46.461)	(16.726)
Outras provisões	(62)	-	(56)	(20)
Outras provisões Permanentes	(95)	(24)	(25)	-
Total de exclusões [C]	(45.491)	(16.344)	(46.542)	(16.746)
Compensações				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL - realizados	(3.766)	(1.356)	(5.832)	(2.099)
Incentivo PAT	(1)	-	-	-
Total de compensações [D]	(3.767)	(1.356)	(5.832)	(2.099)
Deduções (b)				
IRPJ Subvenção Governamental	(14.365)	-	(10.612)	-
IRPJ Subvenção Governamental Reinvestimento	(863)	-	-	-
Total de Deduções [E]	(15.228)	-	(10.612)	-
IRPJ e CSLL correntes no resultado do exercício (A+B+C+D+E)	(1.446)	(6.035)	(2.971)	(4.899)
IRPJ e CSLL diferidos no resultado do exercício	(14.664)	(5.279)	(15.994)	(5.757)
Total de IRPJ e CSLL correntes e diferidos do exercício	(16.110)	(11.314)	(18.965)	(10.656)
Alíquota Efetiva	13%	9%	16%	9%

(a) Ajuste realizado nos termos dos artigos 168 e 169 da IN 1.700/2017 que trata do diferimento da tributação do lucro de Ativo Financeiro; e

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

(b) Ver nota explicativa nº. 3.4.1 – Benefícios fiscais.

11.2 Conciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 2022	Reconhecimento no resultado	Valor líquido em 2023	Passivo fiscal diferido
Prejuízo fiscal	3.767	(3.767)	-	-
Base negativa de CSLL	1.356	(1.356)	-	-
Custo/Receita de construção – CPC 47	(220.559)	(14.820)	(235.379)	(235.379)
Total	(215.436)	(19.943)	(235.379)	(235.379)

11.3 Movimentação do imposto de renda e contribuição social a recolher

Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.738
IRPJ e CSLL correntes do exercício	7.870
Tributos retidos/antecipações IR/CS	(1.468)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.140
IRPJ e CSLL correntes do exercício	7.481
Reclassificação de IRPJ e CSLL	(344)
Pagamentos/antecipações de IRPJ e CSLL	(8.792)
Tributos retidos IRPJ e CSLL	(2.790)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.695

12 PIS e COFINS diferidos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos estão apresentados da seguinte forma:

	2023	2022
Base de cálculo da receita		
Receita de implementação e melhoria de infraestrutura	-	19.206
Receita de remuneração de ativos de contrato	193.288	183.875
Ativos de contrato - perda de realização	-	(16.728)
	193.288	186.353
 PIS / COFINS sobre as receitas no exercício (9,25%) (i) / (a)	17.879	17.238
 Amortização de PIS/COFINS (ii)	(5.929)	(5.205)
 Saldo no início do exercício (iii)	133.392	121.359
 Saldo no final do exercício (i + ii +iii)	145.342	133.392
 Circulante	6.274	5.501
Não circulante	139.068	127.891

(a) A Companhia está amortizando o PIS/COFINS diferido constituído durante a concessão conforme recebimento da RAP mensal.

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

13 Dividendos a pagar

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	98.332	89.004
(-) Reserva de incentivo fiscal	(15.229)	(10.612)
(-) Reserva legal	-	(1.568)
Lucro líquido ajustado	83.103	76.824
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	831	768
Realização da Reserva de Lucros a realizar – Dividendos mínimos	8.193	6.355
Dividendos intermediários distribuídos	8.219	80.724
Dividendos adicionais propostos	30.684	6.385
Total dividendos	47.927	94.232

A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	6
Dividendos adicionais distribuídos de 2021	6.691
Dividendos mínimos obrigatórios de 2022	768
Dividendos intermediários distribuídos de 2022	80.724
Dividendos da reserva de lucro a realizar	6.355
Pagamento de dividendos no exercício	(87.421)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.123
Dividendos adicionais distribuídos de 2022	6.385
Dividendos mínimos obrigatórios de 2023	831
Dividendos intermediários distribuídos de 2023	8.219
Dividendos da reserva de lucro a realizar	8.193
Pagamento de dividendos no exercício	(21.727)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	9.024

O artigo 193 da Lei nº 6.404/76 estabelece que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal”. Além disso, o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 estabelece que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Dessa forma, em uma primeira análise, dado que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal” e, dado que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, a exclusão do saldo destinado à reserva de incentivos fiscais da “base de cálculo” da reserva legal, apontaria para um equívoco por parte das companhias. Entretanto, os incentivos fiscais devem ser subtraídos da base de cálculo da reserva legal, pois devem ser integralmente destinados para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09).

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

14 Patrimônio líquido

14.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito é de R\$ 106.165 e totalmente integralizado é de R\$ 104.770.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital está representado por 106.165.001 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissão S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia.

De acordo com o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 150.000, sem necessidade de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração.

14.2 Reserva de lucros

	Nota	2023	2022
Reserva de incentivos fiscais	(a)	25.841	10.612
Reserva legal	(b)	20.706	20.706
Reserva de lucros a realizar	(c)	315.863	324.056
Reserva para investimento e expansão	(d)	58.837	15.468
Reserva de dividendos adicionais propostos	(e)	30.684	6.385
Total		451.931	377.227

a. Reserva de incentivos fiscais

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimentos recebidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo desta reserva é de R\$25.841 (R\$10.612 em 31 de dezembro de 2022), a movimentação do exercício de R\$15.229 contempla o efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDENE utilizado no exercício de 2023.

b. Reserva legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). Desta forma, o mesmo reduz a base de cálculo da reserva legal.

Considerando o limite estabelecido em lei, não houve necessidade de constituição de reserva legal adicional, cujo valor é R\$ 20.706 em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

c. Reserva de lucros a realizar

Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em virtude da Companhia estar em operação, essas reservas são utilizadas para distribuir

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

dividendos à medida que a RAP é realizada. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva de lucros a realizar é de R\$ 315.863 (Em 31 de dezembro de 2022, R\$ 324.056).

A tabela abaixo demonstra a constituição e a realização da reserva de lucros a realizar pela RAP.

Movimentação da reserva de lucros a realizar

	2023	2022
Saldo inicial em 1º de janeiro	324.056	330.411
Constituição	-	-
Realização	(8.193)	(6.355)
Saldo final em 31 de dezembro	<u>315.863</u>	<u>324.056</u>

d. Reserva para investimentos e expansão

Reserva estatutária prevista no Art. 34, item III do Estatuto Social, que faz referência ao Art. 194 da Lei das Sociedades Anônimas, destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a operações de investimento e expansão da Companhia, na finalidade de: (i) reforçar o capital de giro da Companhia; e (ii) assegurar recursos para aquisição de participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica, através da sua Controladora. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva de lucros é de R\$ 58.837 (Em 31 de dezembro de 2022, R\$15.468).

e. Reserva de dividendos adicionais propostos

Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 25 de março de 2024, conforme divulgado na nota explicativa nº 20 – Eventos subsequentes, foi aprovado a distribuição na integralidade da reserva no montante de R\$ 30.684 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 6.385 em 31 de dezembro de 2022).

14.3 Lucro por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (*Earnings per share*), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	2023		2022	
	Ações ordinárias	Total	Ações ordinárias	Total
Numerador:				
Lucro líquido do exercício	98.332	98.332	89.004	89.004
Denominador:				
Média ponderada por classe de ações	106.165	106.165	106.165	106.165
Lucro básico e diluído por ação	<u>0,9262</u>	<u>0,9262</u>	<u>0,8384</u>	<u>0,8384</u>

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão dessas demonstrações contábeis.

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

15 Receita operacional líquida

	2023	2022
Receita de implementação de infraestrutura, operação, manutenção e outras		
Receita de implementação e melhoria de infraestrutura (a)	-	19.206
Receita de operação e manutenção (b)	8.936	16.832
Outras receitas	-	127
	8.936	36.165
Deduções		
PIS/COFINS corrente	(620)	(1.469)
PIS/COFINS diferidos	-	(1.777)
Encargos do consumidor (c)	(2.327)	(1.814)
	(2.947)	(5.060)
Receita de implementação de infraestrutura, operação, manutenção e outras, líquidas	5.989	31.105
Receita de remuneração de ativos de contrato (d)		
Remuneração de ativos de contrato	193.288	183.875
PIS/COFINS corrente	(13.421)	(7.496)
PIS/COFINS diferidos	(11.950)	(17.008)
Receita de remuneração de ativos de contrato, líquidas	167.917	159.371
Receita operacional líquida	173.906	190.476

- (a) A redução da receita de implementação e melhoria de infraestrutura é reflexo da finalização da obra e início da operação;
- (b) A variação é decorrente da redução nos custos (OPEX) em 47,58%;
- (c) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), constituição de Reserva Global de Reversão (RGR) dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica; e
- (d) Remuneração financeira proveniente da atualização dos ativos de contrato, conforme nota explicativa nº. 8 – Ativos de contrato.

15.1 Margens das obrigações de *performance*

Implementação e melhoria de infraestrutura	2023	2022
Receita (líquida de PIS e COFINS diferidos)	-	17.429
Perda de margem pela realização (líquida de PIS e COFINS diferidos)	-	(15.181)
	-	2.248
Custo	-	(472)
Margem (R\$)	-	1.776
Margem percebida (%) (*)	-	79,00%
Margem orçada no início do contrato (%)	-	47,00%
Operação e manutenção		
Receita	8.936	16.832
Custo	(4.472)	(9.187)
Margem (R\$)	4.464	7.645
Margem percebida (%) (**)	49,96%	45,42%
Margem orçada no início do contrato (%)	47,00%	47,00%

(*) A margem percebida da receita de implementação e melhoria da infraestrutura considera o efeito dos custos efetivamente incorridos, incrementados pela variação na margem de construção apurado para o empreendimento, identificados ao longo da fase de construção e compreende apenas o ano de 2022.

(**) A margem percebida da receita de operação e manutenção considera o efeito dos custos efetivamente incorridos, incrementados pela variação na margem de operação apurado para o empreendimento, identificados ao longo da fase de operação.

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

16 Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

	2023				
	Custo de construção	Custo de O&M	Outros custos	Total	Despesas gerais e administrativas
Pessoal	-	(1.628)	(7)	(1.635)	(715)
Material	-	(195)	-	(195)	-
Serviços de terceiros	-	(2.372)	(215)	(2.587)	(464)
Arrendamento e aluguéis	-	-	-	-	(5)
Amortização do ativo intangível	-	-	(55)	(55)	-
Outros	-	-	-	-	(66)
Total	-	(4.195)	(277)	(4.472)	(1.250)

	2022				
	Custo de construção	Custo de O&M	Outros custos	Total	Despesas gerais e administrativas
Pessoal	-	(2.143)	(8)	(2.151)	(555)
Material	(392)	(99)	-	(491)	-
Serviços de terceiros	-	(6.535)	(272)	(6.807)	(582)
Arrendamento e aluguéis	-	(38)	(2)	(40)	(3)
Amortização do ativo intangível	-	-	(46)	(46)	-
Variação das margens dos ativos de contrato, líquido de PIS e COFINS	-	-	(15.181)	(15.181)	-
Outros	(80)	-	(44)	(124)	(40)
Total	(472)	(8.815)	(15.553)	(24.840)	(1.180)

17 Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	17.468	15.918
PIS/COFINS sobre receita financeira	(812)	(740)
Outras receitas financeiras	5	6
Total de receitas financeiras	16.661	15.184
Despesas financeiras		
Encargos da dívida	(27.102)	(26.711)
Variação monetária da dívida (a)	(26.324)	(32.373)
Juros, multas s/ operação de energia	(1)	(1)
Outras despesas financeiras (b)	(5.912)	(1.888)
Total de despesas financeiras	(59.339)	(60.973)
Resultado financeiro	(42.678)	(45.789)

(a) A redução da variação monetária da dívida ocorreu em função da variação do IPCA, que acumulou em 2022, a taxa de 5,79%, e acumulou em 2023, a taxa de 4,62%; e

(b) A variação nos saldos se deu em favor da assinatura do Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), em 16 de setembro de 2022, entre a Equatorial Transmissora 6 SPE S.A. (Contratante) e a Equatorial Energia S.A. (Contratada), com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos, ocasionando assim, o aumento de outras despesas financeiras em 31 de dezembro de 2023.

18 Instrumentos financeiros

18.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo eles dívida líquida sobre EBITDA.

18.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

18.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Categoria dos instrumentos financeiros	2023		2022	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	53.586	53.586	48.463	48.463
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	122.041	122.041	59.018	59.018
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	19.248	19.248	14.979	14.979
Total do ativo		194.875	194.875	122.460	122.460

Passivo	Categoria dos instrumentos financeiros	2023		2022	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedores	Custo amortizado	11.219	11.219	11.706	11.706
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	564.654	565.797	561.724	562.928
Total do passivo		575.873	577.016	573.430	574.634

Caixa e equivalente de caixa – são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais;

Aplicações financeiras – são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois em sua maioria, são aplicados em fundos exclusivos onde os vencimentos limitam-se doze meses, assim a Administração entende que seu valor justo já está refletido no valor contábil. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis tais como CDI;

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Contas a receber - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais sujeitos a provisão para perdas e ajustes a valor presente, quando aplicável;

Fornecedores – decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como custo amortizado; e

Empréstimos e financiamentos – têm o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo, são classificadas como passivo ao custo amortizado. Para fins de divulgação, as operações com propósito de giro tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de dívida equivalente, divulgadas pela B3 e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

18.4 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Controladora indireta Equatorial Energia S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria da controladora indireta Equatorial Energia S.A. é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria da controladora indireta Equatorial Energia S.A.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco da Companhia em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2022.

a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 74.658 (R\$ 48.463 em 31 de dezembro de 2022). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos em bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating* *Fitch Ratings* e *Standard & Poors*.

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48 – Instrumentos financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão.

(ii) Contas a receber

O Contas a receber da Companhia decorre de operações com empresas que utilizam sua infraestrutura por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários da transmissão de alguns valores específicos: (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); e (iii) os encargos regulatórios.

Essa tarifa é reajustada anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das RAP das transmissoras e deve ser paga pelos usuários do sistema, pelas geradoras e importadores (que colocam energia no sistema), pelas distribuidoras, pelos consumidores livres e exportadores (que retiram energia do sistema). Portanto, o poder concedente delegou aos usuários representados por agentes de geração, distribuição, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento pela prestação do serviço público de transmissão. A RAP é faturada e recebida diretamente desses agentes.

Na atividade de transmissão, a receita prevista no contrato de concessão (RAP) é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura (transporte de energia) pelos geradores, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores. Portanto, não existe risco de demanda.

De acordo com o entendimento do mercado e dos reguladores, o arcabouço regulatório de transmissão brasileiro foi planejado para ser adimplente, garantir a saúde financeira e evitar risco de crédito do sistema de transmissão. Os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo ONS para evitar risco de inadimplência.

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas na nota explicativa nº 10 - Empréstimos e financiamentos.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

(i) Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações contábeis. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

A seguir, estão os vencimentos de passivos financeiros na data das demonstrações contábeis:

	Valor contábil (*)	Total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários com garantia	564.654	1.183.891	8.299	43.524	52.917	165.002	914.149
Fornecedores	11.219	11.219	11.219	-	-	-	-
Total	575.873	1.195.110	19.518	43.524	52.917	165.002	914.149

(*) Os valores apresentados nesta coluna estão sem os custos de captação.

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

c) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2023 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Impacto no resultado				
			Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	171.345	188.548	192.849	197.150	184.247	179.946
Impacto no resultado				4.301	8.602	(4.301)	(8.602)
Passivos financeiros							
Empréstimos, e financiamentos	IPCA	(565.797)	(601.555)	(610.495)	(619.435)	(592.616)	(583.676)
Impacto no resultado				(8.940)	(17.879)	8.940	17.879
Efeito líquido no resultado				(4.639)	(9.277)	4.639	9.277
Referência para ativos e passivos financeiros		Taxa projetada	Taxa em 31/12/2023	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)		10,04%	13,04%	12,55%	15,06%	7,53%	5,02%
IPCA (%12 meses)		6,32%	4,68%	7,90%	9,48%	4,74%	3,16%

Fonte: B3.

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

d) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. O valor da RAP será reajustado anualmente, no mês de julho de cada ano, nos termos da regulamentação vigente. A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o exercício da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão, observando-se os parâmetros regulatórios fixados no respectivo contrato e a regulamentação específica.

Havendo alteração unilateral das condições ora pactuadas, que afete o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, devidamente comprovado pela Transmissora, a ANEEL adotará as medidas necessárias ao seu restabelecimento, com efeitos a partir da data da alteração.

e) Riscos regulatórios e operacionais

Os riscos regulatórios e operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da empresa ou de fatores externos.

Risco de interrupção do serviço: em caso de interrupção do serviço ou indisponibilidade do equipamento, as transmissoras estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação Parcela Variável (PV), prevista na REN nº 905/2020, que aprovou a redação do Módulo 4 – Prestação dos Serviços das Regras dos Serviços de Transmissão. O tipo de Parcela Variável aplicada depende do tipo de ocorrência de desligamento, do equipamento e duração da indisponibilidade ou atraso na entrada em operação dos serviços de Transmissão; as modalidades são: PVA, PVI ou PVRO, a depender das noções comentadas acima.

Risco regulatório: caso as transmissoras não cumpram com as obrigações contidas nas cláusulas do contrato de concessão e nas Resoluções editadas pela ANEEL estará sujeita a aplicação de penalidades, dependendo do tipo de infração, e do regramento descumprido, conforme determinado pela REN nº 846/2019 que, a depender do cometimento da infração, a multa poderá alcançar até 2% do faturamento da Companhia.

f) Riscos ambientais

A Companhia baliza suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais.

Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*.

O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos:

- Licenciamento Ambiental;
- Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação;
- Gestão de Resíduos;
- Educação e Conscientização Ambiental;

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

- Gestão de Requisitos Legais;
- Gestão de Recursos Hídricos; e
- Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

Dentro destes macroprocessos, a Companhia realiza a gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações e Linhas de Transmissão. Bem como trabalham com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico.

No SGA, a Companhia tem a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras.

Adicionalmente, visando reduzir impactos ambientais, a Companhia utiliza em suas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade árvores de grande porte.

g) Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

19 Demonstrações dos fluxos de caixa

19.1 Transações que não afetam caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

Atividades de financiamento	Efeito não caixa
Dividendos adicionais de 2022 distribuídos	6.385
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	831
Dividendos intermediários distribuídos	8.219
Realização da reserva de lucros a realizar	8.193
Total	23.628

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

19.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	2022	Fluxos de caixa	Pagamento de juros (*)	Outros (**)	2023
Empréstimos e financiamentos	561.724	(23.245)	(27.251)	53.426	564.654
Dividendos a pagar	7.123	(21.727)	-	23.628	9.024
Total	568.847	(44.972)	(27.251)	77.054	573.678

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

(**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros e variações monetárias líquidas, e reconhecimento de dividendos a pagar no fim do exercício.

20 Eventos subsequentes

Distribuição de dividendos adicionais

Em 25 de março de 2024, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 30.684, decorrentes do resultado do exercício.

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima

José Silva Sobral

Diretoria Executiva

Joseph Zwecker Junior

Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima

Diretor Financeiro / Relação com os Investidores

Cristiano de Lima Logrado

Diretor

Ailton Costa Ferreira

Diretor

Waldênio Pereira de Oliveira

Diretor

Geovane Ximenes de Lira

Superintendente

Contador

CRC PE 012996-O-3 S-DF